

AGORA, MUITA VONTADE DE PAGAR.

Cada vez mais próximo do FMI, o Brasil quer ficar de bem com o mundo e até vai fazer Fernando Milliet (na ilustração) viajar com um supertalão de cheques.

O Brasil quer normalizar o mais rapidamente possível suas relações com a comunidade financeira internacional, e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, terá ampliada a sua atuação de negociador da dívida externa. Segundo se disse ontem no Palácio do Planalto, Milliet está até autorizado, pelo presidente Sarney, a emitir cheques de pagamentos aos bancos para cobrir pequenas partes dos juros da dívida relativos a janeiro de 1988. O presidente autorizou também Milliet a fechar um acordo preliminar com os bancos privados e a iniciar negociações informais com o Fundo Monetário Internacional.

Os cheques que Milliet está autorizado a passar não podem, entretanto, comprometer os níveis das reservas do País e só serão dados se os credores também demonstrarem, por sua parte, igual boa vontade para a obtenção de um acordo.

Se as novas propostas do governo brasileiro levadas por Milliet em sua viagem aos Estados Unidos gozarem de boa receptividade, incluindo-se aí a concessão de um "brigde loan" (empréstimo-ponte) com aval do governo norte-americano, o Brasil está disposto a dar um passo além, quebrando o "gelo" nas negociações e dando início aos contatos informais com o FMI.

O pagamento relativo aos juros de 1988, diante do atual nível das reservas externas brasileiras — no caso de uma correspondente boa vontade dos banqueiros — não seria ainda definitivo, ou seja, não cobriria o total do valor devido mas, ao contrário, seria apenas um pagamento simbólico que caracterizaria, de fato, a suspensão formal da moratória.

O governo brasileiro considera que as negociações da dívida externa estão razoavelmente bem desde o momento em que o País decidiu depositar US\$ 500 milhões, parceladamente, como seguro dos juros devidos em 1987, e os bancos, US\$ 1,5 bilhão, também parceladamente. A partir daí, as perspectivas de um acordo ficaram mais próximas, embora com as atenções voltadas para os juros vencidos em janeiro de 1988, uma vez que o seu não-pagamento implica na continuidade da moratória, fato que dificulta a realização de um acordo.

O presidente do Banco Central está ainda instruído pelo governo brasileiro a fazer amplas exposições sobre o atual programa de ajustamento econômico do País, batizado de "Feijão-com-arroz", pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. A idéia do governo é a de convencer credores estrangeiros e autoridades do governo norte-americano de que a nova orientação econômica em vigor no País se pauta pela austeridade, e que vai, de fato, provocar uma estabilização das taxas de inflação sem prejudicar o crescimento econômico, e fortalecer a capacidade de pagamento do País dos seus compromissos externos.

Para o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, há hoje uma grande compreensão por parte dos banqueiros estrangeiros com relação à opção feita pelo governo brasileiro pelo crescimento econômico, posição esta que também atinge o FMI. Segundo o ministro, há praticamente um consenso no sentido de que o crescimento econômico é a única forma de fortalecer a capacidade de pagamento dos devedores.

Costa Couto entende que não há motivos para se temer o FMI, e nem mesmo o seu monitoramento. Tudo, para ele, vai depender das negociações e das novas posições apresentadas por aquela entidade, posições estas que devem ser analisadas friamente pelo governo e pelo PMDB, porque, destaca, "negócios e emoções não combinam". "Se as condições apresentadas pelo Fundo forem boas para o Brasil e para os brasileiros, por que não aceitá-las?" — interroga o ministro.